

COLETÂNEA 35

Por Lucas Rocha

Adão, Doralice e as armações de Pedrinho (MALU FONTES)

NÃO, isso não é o título de capítulo do livro nem da novela "O Sítio do Pica-Pau Amarelo". É apenas um bom título para contemplar o corolário de espertezas toscas protagonizadas pelo recém-desabado e apeado ministro dos Transportes, Pedro Novais. Antes mesmo de assumir o Ministério do Turismo, o senhorzinho maranhense, amigo de longa data do todo poderoso José Sarney, já dava demonstrações públicas de que sua gestão seria um prato cheio para quem se dispusesse a procurar lixo na Esplanada dos Ministérios.

Assim que teve o nome indicado pelo seu padrinho político, estourou, na imprensa escrita e nos telejornais, um escândalo de alcova: o ministro, baixíssimo em estatura, com seus 1,55m, estreava no coração do poder trazendo a reboque uma festa que teria dado em um motel do Maranhão. Paga com dinheiro público, claro. Até então, achava-se que nada de mais constrangedor poderia acontecer a um homem que ultrapassara os 80 anos ostentando um daqueles casamentos solidíssimos que a alta sociedade adora citar e no alto de seu sexto mandato conquistado nas urnas do Maranhão como deputado federal.

HOMINHO - Portanto, enquanto tudo pareciam águas plácidas no Governo Dilma e somente a caladíssima ministra da Cultura, Ana de Hollanda, parecia fadada ao falatório associado a quedas em médio prazo, no tempo em que os milhões de Palocci ainda não tinham vindo às manchetes, Pedro Novais já prometia que a pasta do Turismo não teria pela frente apenas o desafio de contribuir para a arrumação da Casa para receber o público da Copa. Seu maior desafio era manter-se no cargo já tendo estreado com o nome e a reputação associada a festinhas em motel bancadas pelo contribuinte. Para uma presidente dita durona, um subordinado desses deve ser um fardo e tanto. Passados sete meses, entre quedas e quedas de outros ministros cujas permanências no governo eram tidas como certas e seguras quando do começo da gestão, estoura outro escândalo nas cercanias de "Seu" Pedrinho, desta vez envolvendo a prisão de todo o primeiro escalão do seu ministério, na Operação. O hominho, no entanto, continuava 'apregado' na cadeira do Turismo.

Com a queda de Novais finalmente anunciada na quarta-feira, os telejornais da semana davam conta de que, nos bastidores da Presidência da República, nas negociações entre a presidente Dilma Rousseff e o cacique do PMDB, o vice-presidente da República Michel Temer, a condição imposta por Dilma era a de que, pelamordedeus, lhe apresentassem um nome cuja biografia e currículo político lhe permitissem enfrentar a primeira entrevista coletiva à imprensa ao ser indicado para o posto sem ter que passar pelo constrangimento de responder perguntas sobre atos de corrupção ou ilícitos envolvendo seu nome. Os repórteres versados nas vísceras do poder e do PMDB davam conta de que essa exigência apresentada a Temer reduzia o universo de ministeriáveis a nomes contáveis nos dedos. Sim, a coisa anda tão feia no Planalto Central que não basta a garantia expressa de que o novo ministro vá ser de uma lisura ímpar no cargo. Se trazer um saco de roupas sujas do passado, como o de Novais, o prejuízo para o governo torna-se insuportável. A sujeira do passado não resistirá a uma manchete de jornal. E o que há de ministro tentando esconder sacos e sacos de roupas sujas acumuladas nos invernos passados...

MOTEL E CHOFER - Foi a manchete da Folha de S. Paulo da última terça-feira que colocou uma pá de cal avassaladora sobre as armações do ministro Pedrinho. Durante nada menos que 7 anos, de 2003 a 2010, simultaneamente ao exercício do mandato de deputado federal, o ministro pagava a governanta de sua residência com o dinheiro da Câmara dos Deputados, onde a mesma era contratada como secretária parlamentar, embora passasse o dia cozinhando e cuidando do apartamento funcional do então parlamentar. Em janeiro, quando Novais tornou-se ministro, a moça, Doralice, foi exonerada e imediatamente contratada por uma empresa terceirizada que recebe um milhão e meio de reais por ano para fornecer mão de obra para o Ministério do Turismo.

Não era tudo. No dia seguinte o mesmo jornal estampava a informação de que a mulher do deputado tinha um motorista particular, Adão, também servidor da Câmara, lotado no gabinete de um outro deputado do PMDB, desde que fora transferido do gabinete de Novais, quando este saiu do Legislativo para o Ministério. Ou seja, para quem tem como dar de presente à mulher um chofer full time remunerado com dinheiro público, é fácil, fácil ser perdoado por ela por conta de uma festinha à toa num motel para onde ela não foi convidada. E talvez isso explique porque todos os andamentos da Copa estejam tão atrasados. Os nomes públicos que poderiam fazer o processo deslanchar estão exercendo sua criatividade para fazer com que servidores públicos como Adão e Doralice possam ser introduzidos em armações que lhes permitam o bom andamento da copa, não Mundial de Futebol, mas a doméstica, a extensão de suas cozinhas.

MALU FONTES é jornalista, doutora em Comunicação e Cultura e professora da Facom-UFBA. Texto publicado originalmente em 18 de setembro de 2011, no **jornal A Tarde**, Salvador/BA. maluzes@gmail.com

Marketing francês (LUIZ FELIPE PONDÉ)

A REVOLUÇÃO FRANCESA (1789-1799) é um fenômeno de marketing. Foi importante para medirmos a febre de um país sob um rei incompetente e não para nos ensinar a vida cotidiana em democracia. Nada há na Revolução Francesa que tenha a ver com liberdade, igualdade e fraternidade. Essas palavras são apenas um slogan que faz inveja a qualquer redator publicitário. Esse slogan, aliado ao que os revolucionários fizeram (mataram, roubaram, violentaram, enfim, ideologizaram a violência em grande escala), é uma piada. É uma aula de marketing político: todo mundo cita a Revolução Francesa como ícone da liberdade.

O marketing da revolução ficou a cargo da filosofia. Primeiro caso na história de um fato claramente ideologizado para vermos nele outra coisa. Os "philosophes" do Iluminismo contribuíram muito para essa matriz do marketing político de todos os tempos, a Revolução Francesa. Começa com a criação da ideia de que existe uma coisa chamada "povo que ama a liberdade" para além da violência que ele representa quando desagradado.

"Povo" é uma das palavras mais usadas na retórica democrática e mais sem sentido preciso. A única precisão é quando há violência popular ou quando muitos morrem de fome por conta da velha miséria moral humana.

As "cheerleaders" da primavera árabe têm orgasmos nas ruas de Damasco, Trípoli, Cairo e Tunis. Já imaginam os árabes lendo Rousseau, Marx e Foucault (que, de início, "adotou" a revolução iraniana). Dançam para esses movimentos como se ali não estivessem em jogo divisões religiosas atávicas do próprio islamismo, quase total ausência de instituições políticas, tribalismo atroz, grupos religiosos fanáticos muito próximos do crime organizado, para não falar do óbvio terrorismo.

De vez em quando, o "povo" mata, lincha, violenta e destrói cidades, a casa dos outros e o diabo a quatro. Mas como (e isso é um dado essencial do efeito do marketing da Revolução Francesa) pensamos que o mundo começou em 1789, achamos que o "povo" nunca destruiu tudo o que viu pela frente antes da queda da Bastilha.

A historiadora americana Gertrude Himmelfarb, em seu livro essencial "Caminhos para a Modernidade", publicado no Brasil pela É Realizações, chama o iluminismo francês de "ideologia da razão", com toda razão. Os "philosophes" criaram um fantasma chamado "la raison", que seria a deusa dos revolucionários. Se no plano bruto "la raison" justificaria assassinatos nos tribunais populares (que deixam as "cheerleaders" dos movimentos populares até hoje em orgasmo), no plano sofisticado do pensamento, seria a única capaz de entender e organizar o mundo desde então. Esse fantasma da "la raison" nada tem a ver com a necessária faculdade humana de pensar para além dos desejos e medos humanos, que é muito dolorosa e rara. Ela é uma deusa mítica que ficaria no lugar do Deus morto, dando a última palavra para tudo. Foram muito mais os britânicos e americanos que nos ensinaram a vida cotidiana em democracia. Mas o iluminismo anglo-saxão não foi marqueteiro.

Nas palavras de Himmelfarb, os britânicos, com sua "sociologia das virtudes", buscavam compreender como as pessoas e as sociedades geram virtudes e vícios. Entre elas, a benevolência e o hábito de respeito à lei comum. Os filósofos americanos criaram uma "política da liberdade", nas palavras de Himmelfarb. Eles associavam a qualidade de pensadores a de homens políticos práticos que investigavam a liberdade, não como uma ideia abstrata, mas como algo a ser preservado pela lei da tentativa contínua do homem em destruí-la em nome de qualquer delírio.

Daí as instituições americanas serem as mais sólidas, até hoje, em termos de defesa dos indivíduos contra os delírios do governo e do Estado. Os britânicos e os americanos nos ensinaram a liberdade que conhecemos e que dá a você o direito de dizer e pensar o que quiser nos limites da lei. É hora de deixar nossos alunos lerem mais Locke, Hume, Burke, Tocqueville, Stuart Mill, Oakeshott, Berlin, os federalistas e antifederalistas, Rawls, Strauss e não apenas Rousseau, Marx e suas crias.

ponde.folha@uol.com.br – Folha de São Paulo, setembro de 2011.

UPPs sob fogo cruzado (PEDRO VIEIRA ABRAMOVAY)

O ENFRENTAMENTO entre traficantes e Exército ocorrido na última semana colocou sob fogo cruzado a festejada política de segurança pública do Rio de Janeiro. Muitos que saudavam a situação carioca como resolvida se transformaram em críticos ferozes, e alguns sorrisos escondidos se notam nas bocas daqueles que diziam que nada ia dar certo. Como compreender o que se passa hoje no Rio de Janeiro? As UPPs, afinal, são um fracasso ou um sucesso?

Em uma realidade democrática, é muito difícil imaginar uma política pública que seja um resultado planejado de forma coerente a partir de uma força ideológica única. Em geral, políticas públicas -principalmente em áreas tão sensíveis quanto a da segurança pública- são a resultante entre forças contraditórias que se apresentam com mais ou menos poder em determinado momento. Com a política de segurança do Rio acontece exatamente isso. É preciso lembrar o contexto em que as UPPs aparecem: após um massacre inexplicável feito pelas forças estaduais no Complexo do Alemão, em 2007. O discurso -de maneira clara- e a prática - mais lentamente - começam a mudar na secretaria de Segurança Pública no Rio.

A instalação da primeira Unidade de Polícia Pacificadora no morro Santa Marta, no bairro de Botafogo, marca um compromisso com o policiamento comunitário e com uma abordagem territorial na qual a polícia é apenas um dos elementos para o enfrentamento do problema da insegurança. Obras de infraestrutura e programas sociais adquirem peso semelhante como partes da solução do problema.

O modelo foi ganhando corpo, mas havia uma desconfiança sobre a capacidade de o Estado enfrentar o famigerado poderio bélico dos traficantes. Quando, em 2010, o Estado responde firmemente a provocações de traficantes com a ocupação do Alemão, essa desconfiança cai por terra. Entretanto, estava montada uma armadilha. O discurso de força que encantou parte da imprensa e da população poderia gerar contradições com o discurso de coesão social das UPPs. A decisão de manter o Exército como força de ocupação é sedutora. A imagem de tanques e soldados é forte para deixar a mensagem de que o Estado está no controle da situação. Mas a presença perene dos militares impede a instalação de UPPs e o fortalecimento dos vínculos comunitários. As Forças Armadas são treinadas para a guerra, para combater o inimigo. Não é possível pensar em policiamento comunitário feito pelo Exército.

As imagens de tiros entre Exército e criminosos não representam o fracasso da política das UPPs; representam, sim, a necessidade de se proceder o quanto antes à retirada das Forças Armadas e à instalação de UPPs - com os programas sociais que as acompanham - na região. Felizmente, o secretário Beltrame anunciou, para o início de 2012, a instalação de uma UPP na região.

Entre as forças contraditórias presentes na democracia carioca, parecem estar vencendo aquelas que acreditam na possibilidade de se fazer uma política de segurança pública sem espetáculos midiáticos. Prevalece uma abordagem que aceita que um problema tão complexo como esse só será enfrentado com soluções complexas, que envolvem polícia comunitária, enfrentamento à corrupção, programas de infraestrutura e projetos sociais.

PEDRO VIEIRA ABRAMOVAY é professor da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito Rio); foi secretário de assuntos legislativos do Ministério da Justiça (2007-2009) e secretário nacional de Justiça (2010). **Folha de São Paulo, setembro de 2011.**

Por mais critérios para o investimento em saúde (EDSON ROGATTI)

COM A IMINÊNCIA da votação da regulamentação da emenda constitucional nº 29, o financiamento para a saúde voltou à pauta. Infelizmente, sempre que o assunto é discutido, pontos fundamentais são contornados e fatos diversionistas prejudicam o debate e protelam as decisões realmente importantes.

Na situação atual, dinheiro de qualquer fonte será uma boa notícia para a saúde. Se o Congresso e o governo decidirem que a criação de um novo tributo é viável, o setor e a população agradecerão e farão bom uso desses recursos, desde que eles cheguem ao destino. O que não é aceitável é condicionar a regulamentação da emenda constitucional à criação de uma nova fonte de financiamento.

Essa relação trava qualquer avanço, já que a criação de impostos é tema delicado e "embaralha" a discussão. Existem argumentos sólidos -além de um repúdio natural da sociedade- contrários à medida. Ao amarrar os assuntos, os opositores da EC nº 29 se aproveitam da legítima objeção ao aumento da carga tributária para barrar a emenda da saúde, um tema completamente distinto. A EC nº 29 não exige necessariamente aumento de gastos. A regra determina um percentual mínimo de investimentos. Ou seja: do Orçamento já existente, uma certa porcentagem deve ser aplicada em saúde.

Quem (Estados, municípios ou União) ainda não cumpre o estabelecido (e muitos cumprem, o que prova a viabilidade da medida) deverá buscar fundos em projetos menos prioritários, enxugar despesas e evitar desperdícios para atingir o exigido. No fim, é um estímulo para a melhoria de gestão. E o mais importante: a emenda vai estabelecer critérios para os investimentos. Sem ela, pouco importa a quantidade de fontes de financiamento, pois atualmente não existe definição sobre o que são procedimentos de saúde, e o dinheiro para hospitais e pacientes pode ser utilizado de modo indiscriminado. Recursos da antiga CPMF, por exemplo, abasteceram o Bolsa Família. Por isso, mesmo que o Orçamento da União destine sua fatia mais generosa para a rubrica da saúde, isso não significa que aqueles bilhões sejam realmente investidos em atendimento médico.

Uma pesquisa do instituto Sensus realizada em setembro de 2009 (quando dava-se a mesma discussão em torno da recriação da CPMF, sob o nome de CSS) identificou que 46,1% dos brasileiros não se opunham a um imposto para financiar a saúde. É um número significativo, considerando o tema, e demonstra que a população está disposta a colaborar. Mas esse apoio vai desaparecer se as pessoas forem alertadas de que não há garantias de que seu dinheiro será destinado integralmente a procedimentos de saúde.

Portanto, antes de sugerir mais esse sacrifício para o contribuinte, o governo e o Congresso devem demonstrar que estão realmente comprometidos em melhorar a saúde da população e que terão responsabilidade na aplicação dos recursos para esse fim. E esse compromisso será dado com a regulamentação incondicional da EC nº 29.

EDSON ROGATTI é diretor-presidente da Federação das Santas Casas e Hospitais Beneficentes do Estado de São Paulo. **Folha de São Paulo, setembro de 2011.**

Prof. Lucas Rocha

Ser popular é melhor que estudar? (ROSELY SAYÃO)

UMA MÃE estranhou a queda no rendimento escolar do seu filho, um jovem de 15 anos que começou a cursar o ensino médio neste ano. Até aqui, ele sempre havia levado a escola muito bem: faltava pouco, suas notas eram suficientes para não ficar retido e também dava conta das tarefas que precisava fazer em casa.

Neste ano, a coisa ficou feia: o garoto perde a hora regularmente, suas notas estão bem baixas, apontando risco de repetição, e, ainda por cima, a mãe passou a receber recados da escola de que o filho não tem feito as lições dadas e tem arrumado encrencas com os professores. Ela decidiu conversar com o jovem, porque nunca exigiu que ele fosse um aluno nota 10, mas também não deseja que ele abandone os estudos, pelo menos até terminar a escolaridade básica.

Você pode imaginar que essa conversa não foi nada fácil, não é? Mas a mãe ficou espantada mesmo com o argumento principal usado pelo filho para justificar suas atitudes em relação à escola. "Não quero ser um nerd, mãe!", foi o que ele repetiu com veemência. Nossa leitora quis saber o motivo do receio do filho de ser assim identificado e recebeu a resposta de que nenhum "nerd" era popular na escola. Ao contrário, esses alunos costumavam ser alvo de gracinhas dos colegas.

Essa mãe argumentou de todos os modos com o filho: deu exemplos de intelectuais reconhecidos mundialmente, falou de pessoas talentosas que são célebres por terem expressado seu talento etc. Não adiantou nada. O filho ficou irredutível e até aceitou se esforçar para pelo menos passar de ano, mas garantiu que tirar notas boas não queria de modo algum, tampouco agir de modo a ser considerado um aluno "bonzinho". Nessa idade, eles querem ser populares e admirados pelos seus pares.

Na chamada sociedade do espetáculo, precisam ter grande visibilidade no grupo que frequentam, o equivalente a ser considerado um famoso em nossa sociedade. Vale a pena, então, refletirmos a respeito de como esses jovens querem alcançar isso. E, para tanto, vou citar dois exemplos.

O primeiro, descobri por indicação de um conhecido: o "Man versus Food", programa em um canal a cabo mostrando sempre um homem que tenta comer uma refeição enorme inteira. Vi dois episódios e considerei o suficiente. Assistir a um jovem enfrentando quilos de comida, em geral gordurosa e apimentada, passando mal e colocando a saúde em risco para ganhar notoriedade provoca no espectador enjoo e mal-estar. Mas é assim que o protagonista do programa ganha notoriedade na vida.

O segundo exemplo é de conhecimento de muitos: uma peça publicitária que, para enaltecer as qualidades de um carro, compara dois atores, um considerado um grande ator e o outro, um ator grande. Nesse comercial, é um brasileiro que se presta a ocupar o lugar de ator grande (com atuação considerada muito ruim em sua profissão). Foi dessa maneira que ele saiu do ostracismo e voltou a ser "famoso". Muitos jovens enalteceram a coragem do moço, sua beleza e o dinheiro que ele ganhou para fazer parte dessa campanha. E então?

Temos passado essas lições aos jovens: ser corajoso é ser brigão, ser capaz de colocar a saúde e a vida em risco; o que importa é fazer, acontecer e aparecer a qualquer custo; ter êxito na vida é ganhar muito dinheiro, não importa como. Essas lições convivem com os mais novos diariamente, e os convencem.

As famílias e as escolas que valorizam virtudes como a ética, o respeito pela vida, o trabalho que beneficia a sociedade e a justiça, entre tantas outras questões importantes, parecem estar em grande desvantagem. Não estão. As pessoas que os jovens mais admiram são seus pais e professores. Por isso, não podemos desistir desse trabalho de formiguinha, mesmo que isso signifique remar contra a maré.

ROSELY SAYÃO é psicóloga e autora de "Como Educar Meu Filho?" (Publifolha) **Folha de São Paulo, setembro de 2011.**

Arqueologia do cotidiano (ANNA VERONICA MAUTNER)

ARQUEÓLOGO é quem traz à tona o que está enterrado, assim como o psicanalista pretende fazer com a mente. Como tal, quero mostrar como a modernidade vem roubando o espaço que mantém em bom nível nossa autoestima. No cotidiano, a repetição infundável de certos atos e fatos afasta a nossa atenção e nos torna insensíveis a eles.

Nem vou enumerar todas as coisas que fazemos sem que registremos nem um pensamento sequer a respeito delas. Criamos rituais e tiques para desviar a atenção, para não acompanhar nossos atos. Como se diz: passamos boa parte da vida no automático. Assim é, a não ser quando a veneziana emperra, o chinelo está fora do lugar, não sai água da torneira ou não achamos a chave. Diante desses imprevistos, focalizamos o fato, pensamos, indagamos.

Ficamos presentes. Se fizéssemos um esforço de presença a cada gesto que deixamos no automático, a vida mental seria muito lenta. Como psicóloga, gosto de questionar justamente aquilo que passa despercebido. Às vezes, a desatenção é por não quisermos perceber (porque não seria agradável ou porque ficaria sem resposta).

Os jeitos de fazer muitas vezes são individuais e outras, herança de família. Lembro-me agora do tempo em que a pasta de dentes estava numa bisnaga de material metálico. Nós íamos enrolando conforme usávamos o produto,

até esvaziar. Sem qualquer aviso, a bisnaga passou a ser feita de plástico. Não enrola mais. O desperdício é maior e temos de nos acostumar a esta nova era, a da abundância. Havia orgulho familiar em ostentar, na pia, bisnagas meticulosamente enroladas. O plástico nos tirou o prazer de espremer a pasta de dentes com maior ou menor maestria. Que pena!

E as panelas areadas, que eram colocadas nos muros para secar e, ao mesmo tempo, exibir quão prendadas eram as donas de casa? No começo, era com areia mesmo que se dava o brilho. Depois veio o sapólio e, agora, pobres de nós, perdemos o prazer de mostrar como sabemos dar brilho. O aço inoxidável já é brilhante. A modernidade está tirando uma chance após outra de um autoaperfeiçoamento com o qual mantínhamos a nossa autoestima.

Algumas publicidades ainda recorrem a esse passado enterrado, mas não tão longínquo: o branco mais branco, as mil e uma utilidades. Desenterrando memórias, percebo quantas chances o cotidiano nos dava de termos orgulho de nós mesmos. Cada dia mais, o que nos resta é comprar e ter condições de fazê-lo. Consumir. É pouco. É pobre. Precisamos de melhores lugares para nos espelhar.

ANNA VERONICA MAUTNER, psicanalista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, é autora de "Cotidiano nas Entrelinhas" (ed. Ágora) e "Educação ou o quê?" (Summus). amautner@uol.com.br. **Folha de São Paulo, setembro de 2011.**

De 11 a 15 de setembro de 2001 (CONTARDO CALLIGARIS)

EM 2001, eu morava em Nova York, mas, na manhã de 11 de setembro, estava em São Paulo, atendendo no consultório. Alguém me telefonou dos Estados Unidos: "Ligue a CNN". Passei o dia diante da televisão. Só levantava para me desculpar com os pacientes por não poder atendê-los naquele dia.

Um amigo chegou depois da queda das torres e perguntou: "Você conhecia alguém que estava lá?". Ele me lembrou que eu respondi: "Todos, conhecia todos".

E era verdade: o engraxate, o garçom, o gestor de fundos da Cantor Fitzgerald, o bombeiro, o policial, o advogado, o segurança, a secretária, de todas as nações, fés e classes -eu era capaz de empatia com os sonhos de cada um deles: o imigrante sem documentos querendo "fazer a América"; o "senior partner" esperando pela aposentadoria; o jovem louco para fazer seu primeiro milhão; o outro que já o tinha feito e se perguntava se, casando, ele se mudaria para Westchester ou para Brooklyn Heights; o homem já maduro que acabava de decidir que, no dia de Ação de Graças, levaria o namorado para a casa dos pais, para explicar, enfim, que era homossexual e estava cansado de mentir.

Eles eram minha turma, eu era um deles, justamente pelas razões que os juntaram nas torres do World Trade Center: os anseios básicos da mente ocidental (o sonho de merecer a admiração ou, mais mesquinamente, a inveja dos outros, a vontade sempre frustrada de não renunciar a suas paixões, a ambição, também frustrada, de escutar só seu nariz e seu foro íntimo).

Sentia culpa por não ter estado em Nova York, com eles, na hora do ataque. Pensava nas palavras de meu pai, quando, na Itália dos anos 70, ele tinha me acompanhado numa manifestação que talvez fosse alvo dos terroristas de direita. Ele tinha dito: "Não vamos deixar que eles influenciem nossa vida simplesmente porque acham que podem decidir o dia de nossa morte". Se me lembro direito, embarquei no voo para o qual eu já tinha reserva, o AA 950 de sexta-feira, 14 de setembro, que foi o primeiro a sair de São Paulo depois do ataque. Houve aplausos na chegada, para agradecer à tripulação (a dos voos abatidos e a do nosso); lembro-me de que a tripulação nos aplaudiu de volta.

Em Nova York, desci a pé ao sul da Canal Street. Foi o começo de um velório coletivo que durou meses: noites passadas com desconhecidos, sobre a passarela da Chambers Street, olhando em direção ao marco zero e vendo os caminhões que, noite adentro, esvaziavam os escombros, subindo pela West Street.

Pouco tempo depois do ataque, George Bush encorajou todo o mundo a fazer compras, "para sustentar a economia da cidade" - ridículo, mas era também um jeito de declarar que o atentado não alteraria nossa maneira de viver. A melhor resposta ao terror é não deixar que o medo nos modifique. Por isso protestei contra o uso da tortura e contra a prisão em Guantánamo - não por razões humanitárias, mas para não ser transformado pelo terror.

Na segunda-feira seguinte, fui para Boston, de onde escrevi a coluna de 20 de setembro de 2001 ("De Onde Vêm os Terroristas"), na qual expressava ideias que se tornariam óbvias só bem mais tarde.

"Os terroristas que atacaram o World Trade Center e o Pentágono viveram tempos longos no Ocidente. Frequentaram universidades e escolas de pilotagem. Não eram pastores descidos das montanhas. Os comentaristas estranham: 'Como é possível? Moraram entre nós durante tanto tempo e puderam fazer isso? Ou seja, será que nossa sedução não funcionou?'. Justamente: ela funcionou demais. A ponto de eles terem decidido destruir o objeto de seus desejos. A interpretação política de seus atos será sempre insuficiente: as Torres Gêmeas, para eles, eram símbolos não tanto de poder quanto de tentação.

Sua 'guerra santa' foi isso: mataram os infiéis nos quais receavam (e desejavam) se transformar. E mataram a si mesmos para nunca mais serem seduzidos." O terrorista é atormentado por uma tremenda tentação de ser

"convertido" pelo Ocidente. Por isso o terrorismo nasce derrotado - por ser filho de uma inveja que só existe em quem já se vendeu ao suposto inimigo. Em suma, os terroristas de hoje nos matam por raiva de quererem ser como a gente: traíram sua cultura e estão em busca de redenção.

Nota: o livro de A. Appadurai, que citei na semana passada, existe em português, "A Vida Social das Coisas" (Eduff).

[ccagliari@uol.com.br](mailto:cagliari@uol.com.br). Folha de São Paulo, setembro de 2011

Crítérios do Enem prejudicam São Paulo (CARLOS EDUARDO BINDI)

A LISTA DAS CEM PRIMEIRAS ESCOLAS do país, no ranking do Enem 2010, coloca São Paulo atrás do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. O que não decorre da qualidade das suas escolas, mas de um critério do MEC que deforma os resultados do Enem. Vejamos como isso ocorre.

As provas do Enem, aplicadas em dois dias, são compostas por 180 questões e uma redação. As questões são divididas em matemática, ciências naturais, ciências humanas e linguagem. Em redação, o candidato deve fazer um texto de oito a 30 linhas. A nota que o MEC chama de "média total" das escolas é calculada a partir de duas pontuações. Uma congrega as quatro matérias de conhecimentos - é a dita "média nas objetivas". A outra é a "média em redação". A nota final é a soma das duas, dividida por dois.

Essa conta esconde graves problemas. Vamos ilustrar com as notas e colocações em cada teste de uma escola do Mato Grosso que ocupa o 19º lugar no ranking nacional do Enem 2010: Em matemática, a média de 672,93 pontos lhe valeu a 571ª colocação. Os 619,62 pontos da prova de linguagem alçaram-na ao 232º lugar. Em ciências naturais, foi a 213ª, com 613,11 pontos. Já em ciências humanas, a instituição chegou à 117ª posição na esteira de seus 681,21 pontos. A média dos quatro testes objetivos (646,72 pontos) colocou-a como a 254ª do exame. Ou seja, 253 escolas a superaram.

Uma única nota, a de redação (788,82 pontos) - quarta mais alta do país - bastou para elevar a pontuação final a 717,77 pontos e promover a escola da 254ª para a 19ª colocação nacional. Uma só prova ocultou o desempenho muito mais fraco de outras quatro? O motivo da discrepância está no peso excessivo da redação: ela responde por metade da nota total. Se, a exemplo do que as faculdades fazem com as notas do Enem, o peso do teste discursivo se limitasse a um quinto da média final, diminuiriam as distorções. Dando à redação do Enem a mesma participação de cada uma das outras notas, uma nova classificação faria a escola de Mato Grosso descer da 19º para o 103º posto. O significado disso tudo é de estarrecer qualquer pessoa que tenha respeito por números e suas sérias implicações na vida das pessoas.

É com essas médias totais de mérito duvidoso que são tecidas as discussões sobre qualidade das escolas. Entretanto, muitas diferenças entre essas notas, às vezes de grande efeito, nada têm a ver com a qualidade de ensino, sendo mero resultado da aplicação de pesos altamente questionáveis. Redação quatro vezes mais relevante do que cada uma das outras provas é algo que nenhuma faculdade admite em sua seleção. A lista do MEC é a única a adotar esse critério. Há outros desdobramentos. As posições dos Estados a partir das notas do Enem também estão distorcidas. Entre as cem escolas que atingiram as maiores médias em 2010 - segundo os critérios do MEC - estão 32 do Rio de Janeiro, 25 de Minas Gerais e 19 de São Paulo.

No entanto, se a base comparativa for a "média nas objetivas" (ou seja, o índice de acerto das 180 questões que ocupam cerca de nove das dez horas de prova), São Paulo passa à frente, com 35 escolas, o Rio de Janeiro fica com 30 e Minas Gerais, com 19. Mais do que uma preocupação regionalista, esse ponto indica a necessidade de verificar os critérios de correção da redação em cada Estado.

Enquanto esses despropósitos permearem a classificação pelas notas do MEC, fica difícil entabular qualquer discussão séria sobre as "médias totais" das escolas. Como nosso país poderá enfrentar os desafios que uma sociedade do conhecimento impõe se nossas avaliações são resumidas em tabelas tão mal resolvidas como essas?

CARLOS EDUARDO BINDI é educador e diretor do Grupo Etapa. Folha de São Paulo, setembro de 2011.

Ataque à raiz da corrupção (IDELBER AVELAR)

PESQUISA RECENTE da agência APPM dá a medida de como se realiza a discussão sobre campanhas eleitorais no Brasil. Oitenta e quatro por cento dos consultados dizem que as doações de empresas aumentam as chances de corrupção, mas 81% são contra o financiamento público. O eleitor sabe que o conluio entre dinheiro privado e Estado é fonte de corrupção, mas se opõe ao financiamento público, pois não lhe é visível o fato de que ele também paga a conta do financiamento privado.

As empresas, com frequência, recolhem via corrupção o que investiram no candidato. O prejuízo ao Estado só aparece se estoura um escândalo, caso em que o agente público será execrado, enquanto pouco se dirá sobre o agente privado corruptor. Nada mais brasileiro do que esquecer que corrupção é via de mão dupla.

Prof. Lucas Rocha

Ouvem-se três argumentos principais contra o financiamento público: ele não elimina a corrupção, coloca dinheiro do contribuinte nas mãos de corruptos e favorece os partidos mais organizados ou "instala uma ditadura financeira dos partidos" (conforme Elio Gaspari observou em sua coluna de 24/8). O primeiro é um patente sofisma.

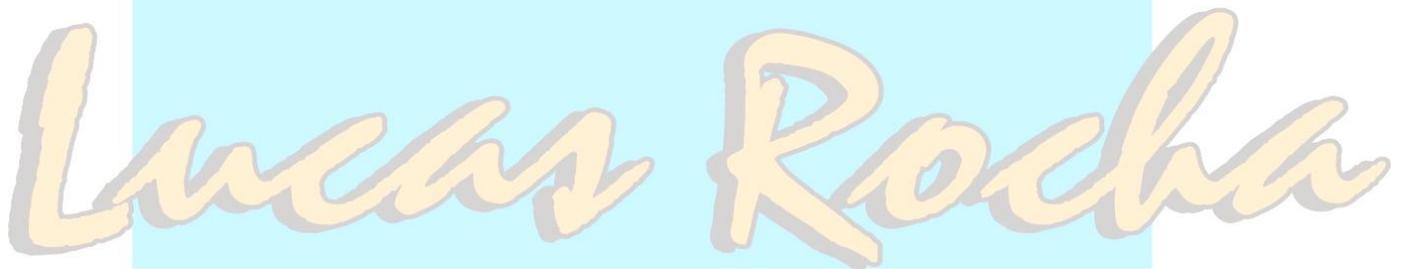
Se observamos que a troca de favores com o dinheiro de campanha é fonte de corrupção, recusar o financiamento público porque ele não a elimina equivale a recusar a Lei Maria da Penha porque ela não acaba com a violência contra a mulher. Que se estabeleçam os mecanismos de cumprimento da lei, mesmo sabendo que eles não serão perfeitos. O financiamento público não elimina a corrupção, mas ataca sua raiz e facilita a fiscalização.

O segundo se nutre da péssima imagem dos políticos e da premissa de que o cidadão comum seria moralmente superior a eles. Ora, não há indício de que as relações cotidianas não estejam tão perpassadas pela corrupção quanto as políticas. É a colocação do Estado a serviço de interesses privados que corrompe - e essa tem sido uma constante em nossa história, desde as capitâneas hereditárias.

O terceiro é, na verdade, uma defesa do financiamento público. Se ele fortalece os partidos mais organizados, eis aí outra razão para adotá-lo. Ele não acabará com as legendas de aluguel, mas tornará sua vida mais difícil. A expressão "ditadura dos partidos" não faz sentido se esses são compostos de cidadãos livres e entram e saem do poder pelo voto. Oxalá o Brasil escape da situação dos Estados Unidos. Apesar de proibidas as doações de empresas a campanhas, o dinheiro doado a partidos e organizações propagandísticas (as 527s) determina todo o rumo da política. Hoje, 86% dos estadunidenses vê democratas e republicanos do Congresso negativamente, mas uma terceira opção tornou-se inviável, já que o dinheiro corrompeu o sistema político até a medula.

Cuidemos da nossa democracia: o primeiro passo é uma contabilidade equânime, à qual todos tenham acesso. Sai mais barato, inclusive.

IDELBER AVELAR é professor titular na Universidade Tulane e colunista da revista "Fórum"; é co-organizador de "Brazilian Popular Music and Citizenship" e autor de "Alegorias da Derrota" e "The Letter of Violence". **Folha de São Paulo, setembro de 2011.**



Lucas Rocha